

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Gerdau Aços Longos S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, referentes ao exercício social de 2020. As vendas atingiram 3,3 milhões de toneladas no ano de 2020, volume inferior ao registrado em 2019. No entanto, a Receita Líquida de vendas alcançou R\$ 11,5 bilhões em 2020, alta de 12,4% em relação à 2019, o que reflete o bom momento para o setor brasileiro de construção civil. Nesse cenário, a margem bruta (lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas) ficou em 16,8% no período (9,3 pontos percentuais acima de 2019). A Companhia apurou um lucro líquido de R\$ 884,3 milhões no ano de 2020, alta de 144,7% comparado ao resultado de 2019, o que representou R\$ 3,60 por ação.

Em 31 de dezembro de 2020, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R\$ 12,2 bilhões, e equivale a um valor patrimonial de R\$ 49,83 por ação. Os investimentos em ativo imobilizado totalizaram R\$ 320,1 milhões no exercício social findo em dezembro de 2020. A dívida bruta da Companhia composta por empréstimos, financiamentos e partes relacionadas somava R\$ 456,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, dos quais 2,3% eram de curto prazo e 97,7% de longo prazo. O caixa e equivalentes de caixa somado às aplicações totalizavam R\$ 1,6 bilhão ao final de 2020. Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2021.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	683.755	123.468
Aplicações financeiras	4	942.551	533.481
Contas a receber de clientes	5	1.033.693	596.345
Estoques	6	1.915.855	1.595.781
Créditos tributários	7	451.692	306.017
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		6.131	13.033
Outros ativos circulantes		110.151	100.523
		<u>5.143.828</u>	<u>3.268.648</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Créditos tributários	7	20.588	297.086
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	779.346	836.610
Partes relacionadas	17	192.726	21.840
Depósitos judiciais	16	1.461.610	1.626.447
Adiantamento para futuro investimento em participação societária	9	813	807
Outros ativos não circulantes		212.476	169.519
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	9	5.381.075	4.071.035
Arrendamento mercantil - direito de uso de ativos	12	399.322	369.193
Intangível	11	163.803	210.274
Imobilizado	10	2.176.991	2.194.704
		<u>10.788.750</u>	<u>9.797.515</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>15.932.578</u>	<u>13.066.163</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	Nota	2020	2019
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		1.498.367	817.989
Empréstimos e financiamentos	13	10.487	4.462
Impostos e contribuições a recolher	15	140.600	106.548
Salários a pagar		167.855	125.235
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		131	103.190
Arrendamento mercantil a pagar	12	90.275	77.304
Provisão para passivos ambientais	19	23.770	6.563
Outros passivos circulantes		311.471	182.899
		<u>2.242.956</u>	<u>1.424.190</u>

	Nota	2020	2019
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	13	445.635	47.860
Impostos e contribuições a recolher	15	22.619	38.430
Partes relacionadas	17	762	322
Provisão para passivos tributários, trabalhistas e cíveis	16	590.853	304.431
Provisão para passivos ambientais	19	17.838	197
Arrendamento mercantil a pagar	12	334.652	306.169
Outros passivos não circulantes		39.911	9.140
		<u>1.452.270</u>	<u>706.549</u>

	Nota	2020	2019
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social		5.554.212	5.554.212
Reservas de capital		1.335.147	1.335.147
Reservas de lucros		2.376.675	1.919.630
Ajustes de avaliação patrimonial		2.971.318	2.126.435
		<u>12.237.352</u>	<u>10.935.424</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>15.932.578</u>	<u>13.066.163</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2020	2019
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS			
Custo das vendas	22	11.530.469	10.262.769
		<u>(9.598.588)</u>	<u>(9.488.197)</u>
LUCRO BRUTO		<u>1.931.881</u>	<u>774.572</u>
Despesas com vendas	23	(281.648)	(262.948)
Despesas gerais e administrativas	23	(323.760)	(321.378)
Outras receitas operacionais	23	29.529	304.561
Outras despesas operacionais	23	(258.444)	(98.518)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros	23	(13.531)	(4.658)
Resultado da equivalência patrimonial	9	126.566	130.118
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS		<u>1.210.593</u>	<u>521.749</u>
Receitas financeiras	24	57.515	153.796
Despesas financeiras	24	(219.057)	(176.722)
Varição cambial, líquida	24	(33.906)	(6.946)
Perdas com instrumentos financeiros, líquido	24	-	(13.126)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		<u>1.015.145</u>	<u>478.751</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	8	(156.508)	(1.059)
Diferido	8	25.688	(116.322)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>884.325</u>	<u>361.370</u>
Lucro líquido por ação (em R\$) - básico e diluído	21	<u>3,60</u>	<u>1,54</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa da atividade operacional			
Lucro líquido do exercício		884.325	361.370
Ajustes para reconciliar o lucro líquido no fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	23	516.281	466.873
Resultado da equivalência patrimonial	9	(126.566)	(130.118)
Varição cambial, líquida	24	33.906	6.946
Perdas com instrumentos financeiros, líquido	24	-	13.126
Benefícios pós-emprego		9.501	16.981
Imposto de renda e contribuição social (Ganhos) Perdas na alienação de imobilizado	8	130.820	117.381
Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros	5	13.531	4.658
Provisão (reversão) para passivos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais	16	321.270	(43.769)
Receita de juros de aplicações financeiras		(27.679)	(4.091)
Despesa de juros sobre dívidas financeiras	24	2.962	19.781
Juros sobre mútuos com empresas ligadas	17	12.740	6.395
(Reversão) provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoque	6	(4.784)	4.869
		<u>1.752.693</u>	<u>853.063</u>
Varição de ativos e passivos			
(Aumento) Redução de contas a receber		(392.551)	61.254
(Aumento) Redução de estoques		(315.259)	649.577
Aumento (Redução) de contas a pagar		649.489	(114.863)
Outras contas da atividade operacional		527.489	190.812
Recebimento de dividendos	9	41.454	-
Aplicações financeiras		(1.918.182)	(528.995)
Resgate de aplicações financeiras		1.536.790	44.548
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>1.881.923</u>	<u>1.155.396</u>
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos		(240)	(21.323)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	12	(34.261)	(30.190)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(219.383)	(3.853)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>1.628.039</u>	<u>1.100.030</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aumento de capital em entidade contabilizada pelo método de equivalência patrimonial		-	(7.000)
Adições de imobilizado	10	(320.057)	(316.194)
Recebimento pela venda de imobilizado		37.668	9.143
Adições de ativos intangíveis	11	(55.493)	(41.992)
Aquisição de controlada	9	(300.961)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(638.843)</u>	<u>(356.043)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Depósito para futuro investimento em participação societária		(298)	(85)
Aumento de capital em controlada	9	(9)	-
Redução de capital em coligada	9	-	677.023
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(466.249)	-
Empréstimos e financiamentos obtidos		450.917	2.984.063
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(49.839)	(3.536.885)
Pagamentos de arrendamento mercantil	12	(81.658)	(59.372)
Financiamentos com empresas ligadas, líquido		(281.773)	(741.492)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(428.909)</u>	<u>(676.748)</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		560.287	67.239
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		123.468	56.229
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>683.755</u>	<u>123.468</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Legal	Incentivos fiscais	Investimentos e capital de giro	Total	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01/01/2019	<u>4.054.212</u>	<u>1.335.147</u>	<u>381.587</u>	<u>639.348</u>	<u>640.462</u>	<u>1.661.397</u>	<u>2.021.354</u>	-	<u>9.072.110</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	361.370	361.370
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	111.179	-	111.179
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	111.179	361.370	472.549
Aumento de capital	1.500.000	-	-	-	-	-	-	-	1.500.000
Efeitos de alterações de participação em controlada e coligadas	-	-	-	-	-	-	(9.657)	-	(9.657)
Efeito com plano de incentivos a longo prazo	-	-	-	-	-	-	3.559	-	3.559
Destinações propostas em Assembleia Geral:									
Reserva legal	-	-	17.951	-	-	17.951	-	(17.951)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	2.349	-	2.349	-	(2.349)	-
Reserva para investimentos e capital de giro	-	-	-	-	237.933	237.933	-	(237.933)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(103.137)	(103.137)
Saldos em 31/12/2019	<u>5.554.212</u>	<u>1.335.147</u>	<u>399.538</u>	<u>641.697</u>	<u>878.395</u>	<u>1.919.630</u>	<u>2.126.435</u>	-	<u>10.935.424</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	884.325	884.325
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	840.941	-	840.941
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	840.941	884.325	1.725.266
Efeitos de alterações de participação em controlada e coligadas	-	-	-	-	-	-	1.198	-	1.198
Efeito com plano de incentivos a longo prazo	-	-	-	-	-	-	2.744	-	2.744
Destinações propostas em Assembleia Geral:									
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	59.681	-	59.681	-	(59.681)	-
Reserva para investimentos e capital de giro	-	-	-	-	397.364	397.364	-	(397.364)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(427.280)	(427.280)
Saldos em 31/12/2020 (Nota 20)	<u>5.554.212</u>	<u>1.335.147</u>	<u>399.538</u>	<u>701.378</u>	<u>1.275.759</u>	<u>2.376.675</u>	<u>2.971.318</u>	-	<u>12.237.352</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Gerdau Aços Longos S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, capital. A Gerdau Aços Longos S.A. é uma empresa controlada pela Gerdau S.A., a qual, em conjunto com suas outras controladas, é líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços especiais do mundo. No Brasil, também produz aços planos e minério de ferro, atividades que ampliam o mix de produtos oferecidos ao mercado e a competitividade das operações. Além disso, a Companhia acredita ser a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transforma, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. As ações das empresas Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri. Em 30/11/2020, a Companhia concluiu, após cumprimento das respectivas condições precedentes, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, a aquisição de 96,35% das ações totais e com direito a voto de emissão da Siderúrgica Latino-Americana S.A. ("Silat"), conforme descrito na nota 9. A Silat está localizada em Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza, Estado do Ceará e possui uma capacidade anual instalada de 600 mil toneladas de laminação de aços longos. Com a transação, a Gerdau fortalece o seu posicionamento na região e reforça sua estratégia de atender melhor seus clientes no mercado nacional. As Demonstrações Financeiras da Gerdau Aços Longos S.A. foram aprovadas pela Administração em 19/03/2021.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras, estão demonstradas na nota 3.16. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos

financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/2020. A Companhia elaborou suas Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e apresentadas separadamente dessas Demonstrações Financeiras Individuais, as quais devem ser lidas em conjunto.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme descrito nas práticas contábeis a seguir: **3.1 - Conversão de saldos em moeda estrangeira: a) Moeda funcional e de apresentação:** É a moeda do ambiente econômico primário em que a Companhia opera. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **b) Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais (R\$) usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na Demonstração do Resultado. **c) Investimentos:** Os resultados e a posição financeira de todos os investimentos que são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos para reais (R\$). **3.2 - Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a) custo amortizado, a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reconhecidos subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. **a) Ativos financeiros a custo amortizado:** Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **b) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é

CONTINUAÇÃO

reconhecido diretamente no resultado. **c) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. **d) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros:** A Companhia mensura as perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A Companhia apresenta a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros em linha específica na Demonstração do Resultado. **e) Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **f) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **g) Instrumentos financeiros:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. **h) Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. **3.3 - Estoques:** São avaliados com base no menor valor entre o custo histórico de aquisição e produção e o valor líquido realizável. O custo de aquisição e produção é acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. Informações referentes à abertura do valor líquido realizável estão demonstradas na nota 6. **3.4 - Imobilizado:** A Companhia utilizou o custo histórico deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados. A Companhia agrega mensalmente ao custo de construção de ativos qualificáveis, que são ativos que, necessariamente, demandam um período de tempo substancial para ficarem prontos para seu uso pretendido, os custos de empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) o período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização dos custos de empréstimos quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os custos de empréstimos são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização ou a taxa específica, no caso de empréstimos para a aquisição de imobilizado; (c) os custos de empréstimos capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os custos de empréstimos capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo nível de utilização de certos ativos, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. **3.5 - Intangível:** É avaliado ao custo de aquisição e subsequentemente deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. São compostos por ativos que representam a capacidade de geração de valor agregado de companhias adquiridas com base no histórico de relacionamento com fornecedores e *software*. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 3.6). O intangível do relacionamento com fornecedores é amortizado com base em critério que considera o futuro benefício econômico esperado fornecido ao longo do tempo por esses novos fornecedores adquiridos. A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício. **3.6 - Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e reversão de provisão constituídas:** Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de vida longa. Entretanto, se os resultados atuais ou futuros não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais. **3.7 - Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas e coligadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o investimento foi adquirido. De acordo com este método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no Balanço Patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. **3.8 - Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais:**

a) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. **b) Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.9 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, ou diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em Outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto devido esperado sobre o lucro do exercício, com base nas alíquotas de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças temporárias geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes a valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia e de suas controladas, quando aplicável. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.10 - Benefícios a empregados:** A Companhia possui planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, participação nos lucros e bônus. Eventuais superávits com planos de benefícios de contribuição definida a empregados são reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. As remensurações atuariais geradas por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados Abrangentes. Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, a Companhia e seus consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. **3.11 - Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis,

acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos). **3.12 - Transações com partes relacionadas:** Os contratos de mútuos são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável. Estes contratos possuem data de vencimento, com possibilidade de extensão de prazo mediante acordo entre as partes. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes. **3.13 - Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** O Estatuto Social prevê que, no mínimo, 30% do lucro anual seja distribuído como dividendos; portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. **3.14 - Reconhecimento da receita de vendas:** A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas. **3.15 - Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais:** Custos ambientais são relacionados as operações normais e são registrados como despesa ou capitalizadas conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuam para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis e o custo pode ser razoavelmente estimado, discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a estimativa da natureza e extensão da restauração que pode ser requerida. O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados, como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável. **3.16 - Uso de estimativas:** Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes, principalmente, à estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa (nota 10), provisões necessárias para passivos tributários, trabalhistas e cíveis (nota 16), recuperabilidade de tributos diferidos ativos (nota 8) e estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, escolha da tábua de mortalidade e expectativa de aumento dos salários (nota 18). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas. **3.17 - Operações de arrendamento mercantil:** A Companhia, na qualidade de arrendatária, reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia reconhece novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A Companhia reconhece uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. Elementos variáveis dos pagamentos relacionados aos arrendamentos (como, por exemplo, um contrato de locação de máquinas e/ou equipamentos com partes dos pagamentos baseados na produtividade do ativo) não são considerados no cálculo do passivo, sendo registrados como despesa operacional. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado. **3.18 - Novos pronunciamentos:** - Alteração do pronunciamento CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Concessões de arrendamento mercantil relacionadas a pandemia da Covid-19. Esclarece aspectos de tratamento de expediente prático e divulgação de concessões em contratos de arrendamento mercantil como consequência da pandemia da Covid-19. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/06/2020, podendo ser adotada antecipadamente. A Companhia adotou esta alteração de norma no exercício de 2020 e não apurou impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras. - Alteração do pronunciamento CPC 15 (R1) - Combinação de negócios. Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2020. A Companhia não apurou impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras. - Alteração dos pronunciamentos CPC 26 (R1) e CPC 23 - Definição de materialidade. Esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2020. A Companhia não teve impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras. - Alteração dos pronunciamentos CPC 48, CPC 38 e CPC 40 (R1) - Reforma da taxa de juros. Esclarece aspectos relacionados a taxa de juros em instrumentos financeiros de *hedge*. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2020. A Companhia não teve impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras. Adicionalmente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu/revisou alguns pronunciamentos, os quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção destas normas: - Alteração das normas CPC 48, CPC 38, CPC 40 (R1), CPC 11 e CPC 06 (R2) - Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2. Esclarece aspectos referentes a definição de taxas de juros de referência para aplicação nestas normas. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2021. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras. **3.19 - Riscos associados a pandemia da Covid-19:** A pandemia da Covid-19 continua a impactar a atividade econômica mundial e representa o risco de que a Companhia, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e outros parceiros de negócios possam ser impedidos de realizar determinadas atividades de negócios por um período indeterminado, inclusive devido à paralisações que podem ser solicitadas ou mandatadas por autoridades governamentais ou eleitas por empresas como medida preventiva. A pandemia da Covid-19 pode ter um efeito adverso nos negócios e, dada a incerteza quanto à extensão e época de uma possível disseminação ou sua mitigação futura e à imposição ou relaxamento de medidas de proteção, não é possível estimar razoavelmente o impacto nos resultados futuros das operações, nos fluxos de caixa ou na condição financeira futura da Companhia. A Companhia continuará, ao longo de 2021, o seu constante monitoramento do mercado em busca de identificar uma eventual deterioração, especialmente decorrentes da pandemia da Covid-19, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço, mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que comprometam sua capacidade financeira, acarretem aumento da percepção do risco de crédito sobre o contas a receber de clientes, resulte em efeitos sobre o valor realizável dos estoques ou a manutenção de ativos fiscais diferidos.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2020	2019
Caixa	502	131
Bancos e aplicações de liquidez imediata	683.253	123.337
Caixa e equivalentes de caixa	683.755	123.468
Títulos para negociação		
Aplicações em renda fixa	942.551	533.481
Aplicações financeiras	942.551	533.481

As aplicações de liquidez imediata incluem investimentos com prazo de vencimento de até 90 dias, liquidez imediata e baixo risco de variação do valor justo. Aplicações financeiras incluem Certificados de Depósito Bancário - CDB e investimentos em títulos e valores mobiliários, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2020	2019
Contas a receber de clientes	1.079.729	640.402
(-) Provisão para risco de crédito	(46.036)	(44.057)
1.033.693	596.345	

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2020	2019
Valores a vencer	1.027.213	590.724
Vencidos:		
Até 30 dias	32.555	4.141
Entre 31 e 60 dias	3.705	9.385
Entre 61 e 90 dias	835	21.702
Entre 91 e 180 dias	2.724	4.939
Entre 181 e 360 dias	7.210	9.047
Acima de 360 dias	5.487	464
(-) Provisão para risco de crédito	(46.036)	(44.057)
1.033.693	596.345	

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

Saldo em 01/01/2019	(77.105)
Créditos provisionados no exercício	(38.842)
Créditos recuperados no exercício	34.184
Créditos baixados definitivamente da posição	37.706
Saldo em 31/12/2019	(44.057)
Créditos provisionados no exercício	(56.449)
Créditos recuperados no exercício	42.918
Créditos baixados definitivamente da posição	11.552
Saldo em 31/12/2020	(46.036)

6 - ESTOQUES

	2020	2019
Produtos prontos	930.710	939.570
Matérias-primas	548.580	319.903
Produtos em elaboração	316.263	172.107
Materiais de almoxarifado	109.802	142.889
Importações em andamento	10.709	26.305
(-) Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	(209)	(4.993)
1.915.855	1.595.781	

Os saldos da provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoques, cuja provisão é reversão tem como contrapartida o custo das vendas, estão demonstrados abaixo:

Saldo em 01/01/2019	(124)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	(7.016)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável	2.147
Saldo em 31/12/2019	(4.993)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	(1.408)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável	6.192
Saldo em 31/12/2020	(209)

7 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	2020	2019
Circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	203.089	238.908
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	150.504	29.495
Programa de Integração Social	52.762	6.837
Imposto sobre Produtos Industrializados	33.007	25.591
Outros	12.330	5.186
451.692	306.017	
Não circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	15.641	13.002
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	96	230.641
Programa de Integração Social	21	49.484
Outros	4.830	3.959
20.588	297.086	
472.280	603.103	

A expectativa de realização dos créditos tributários do ativo não circulante é a seguinte:

	2020	2019
2021	-	59.310
2022	8.497	59.510
2023	5.419	53.432
2024	1.841	124.834
2025 em diante	4.831	-
20.588	297.086	

CONTINUAÇÃO

8 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), que representa um imposto adicional. As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, para os exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019. **a) Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado:**

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	1.015.145	478.751
Alíquotas nominais.....	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais.....	(345.149)	(162.775)
Ajustes dos impostos referente:		
- equivalência patrimonial.....	43.033	44.240
- juros sobre o capital próprio.....	145.275	-
- incentivos fiscais.....	9.637	1.562
- realização de ativos fiscais diferidos não constituídos.....	3.404	1.063
- diferenças permanentes, líquidas.....	12.980	(1.471)
Imposto de renda e contribuição social no resultado.....	(130.820)	(117.381)
Corrente.....	(156.508)	(1.059)
Diferido.....	25.688	(116.322)

b) Composição e movimentação dos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

	Saldo em 31/12/2019	Reconhecido no resultado	Aquisição de empresa	Saldo em 31/12/2020
Prejuízos fiscais.....	501.487	(48.699)	-	452.788
Base negativa de contribuição social.....	166.302	(18.656)	-	147.646
Provisão para passivos tributários, trabalhistas e civeis.....	103.508	97.383	-	200.891
Outras diferenças temporárias.....	26.959	26.196	-	53.155
Efeito de variação cambial diferida.....	619	(619)	-	-
Provisão para perdas.....	40.689	(19.951)	-	20.738
Alocação de ativos a valor justo.....	(2.954)	(9.966)	(82.952)	(95.872)
	836.610	25.688	(82.952)	779.346
Ativo não circulante.....	836.610	-	-	779.346

	Saldo em 01/01/2019	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2019
Prejuízos fiscais.....	500.303	1.184	501.487
Base negativa de contribuição social.....	166.299	3	166.302
Provisão para passivos tributários, trabalhistas e civeis.....	114.290	(10.782)	103.508
Outras diferenças temporárias.....	50.071	(23.112)	26.959
Efeito de variação cambial diferida.....	59.129	(58.510)	619
Provisão para perdas.....	65.589	(24.900)	40.689
Alocação de ativos a valor justo.....	(2.749)	(205)	(2.954)
	952.932	(116.322)	836.610
Ativo não circulante.....	952.932	-	836.610

c) Estimativa de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social:

	2020	2019
2020.....	-	76.342
2021.....	148.360	105.465
2022.....	70.422	99.381
2023.....	97.822	99.894
2024.....	69.077	105.402
2025 em diante.....	393.665	350.126
	779.346	836.610

d) Ativos fiscais não contabilizados:

Devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais não operacionais, a Companhia não contabilizou uma parcela de ativo fiscal de R\$ 14.536 em 31/12/2020 (R\$ 17.939 em 31/12/2019), os quais não têm uma data final para expirar.

9 - INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

	Gerdau Internac. Empreend. Ltda.-Grupo Gerdau		Gerdau Açominas Overseas Ltd.		Siderúrgica Latino Americana S.A.		Outros	Total
	Saldo em 01/01/2019	Resultado da equivalência patrimonial	Saldo em 01/01/2019	Resultado da equivalência patrimonial	Saldo em 01/01/2019	Resultado da equivalência patrimonial		
Saldo em 01/01/2019.....	4.474.787	-	20.715	-	11.735	-	5.464	4.512.701
Resultado da equivalência patrimonial.....	139.614	(486)	-	(12.479)	-	-	3.469	130.118
Ajustes de avaliação patrimonial.....	109.274	-	-	-	-	-	-	109.274
Aumento de capital social (a).....	-	-	-	465	-	-	7.000	7.465
Redução de capital social (b).....	(677.023)	(11.500)	-	-	-	-	-	(688.523)
Saldo em 31/12/2019.....	4.046.652	8.729	7.724	(296)	389.345	16.601	15.933	4.071.035
Resultado da equivalência patrimonial.....	124.268	(1.005)	-	(308)	2.952	659	-	126.566
Ajustes de avaliação patrimonial.....	838.235	-	-	-	-	-	-	838.235
Aquisição.....	-	-	-	386.393	-	-	-	386.393
Aumento de capital social (a).....	-	-	-	291	-	9	-	300
Dividendos.....	(41.454)	-	-	-	-	-	-	(41.454)
Saldo em 31/12/2020.....	4.967.701	7.724	164.829	(296)	389.345	16.601	15.933	5.381.075
Capital social.....	4.860.000	-	164.829	-	301.295	-	-	5.226.124
Patrimônio líquido ajustado.....	23.963.825	7.724	28.998	(592)	404.094	16.601	15.933	24.726.647
Participação no capital total (%).....	20,73%	100%	50%	50%	96,35%	-	-	50,00%

a) Aumento de capital social: A Companhia, conforme ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30/04/2020, aumentou o capital social na coligada Chopim Energia S.A., no valor de R\$ 291. Em 26/04/2019, conforme ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, aumentou o capital social na coligada Chopim Energia S.A., no valor de R\$ 465. A Companhia integralizou R\$ 9 referente a sua participação societária na empresa Paris Ventures Brasil Participações Ltda., constituída em 15/07/2020, conforme contrato de Instrumento Particular de Constituição da Sociedade Empresária Limitada, registrado na JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo. Em 2019, a Companhia, conforme ata de Reunião da Diretoria realizada em 05/10/2018, deliberou autorizar aporte em 01/03/2019, no montante de R\$ 7.000, na Sociedade Juntos Somos Mais Fideliza Ltda. **b) Redução de capital social:** Em 2019, a Companhia reduziu seu investimento na coligada Gerdau Internac. Empreend. Ltda. - Grupo Gerdau, no valor de R\$ 677.023, em decorrência da redução do capital social desta empresa conforme as atas de Alteração e Consolidação do seu Contrato Social 65º, 66º e 67º. **c) Adiantamento para futuro investimento em participação acionária:** Em 2020 foram efetuados adiantamentos para futuro aumento de capital na coligada Chopim Energia S.A. totalizando R\$ 298 (R\$ 85 em 31/12/2019). As informações financeiras da coligada Gerdau Internac. Empreend. Ltda. - Grupo Gerdau estão demonstradas a seguir:

	2020	2019
Lucro do exercício.....	609.464	678.365
Outros resultados abrangentes.....	4.028.519	534.015
Total dos resultados abrangentes.....	4.637.983	1.212.380

d) Aquisição de controlada: Em 30/11/2020, a Companhia concluiu a aquisição de 96,35% das ações totais com direito a voto de emissão da Siderúrgica Latino-Americana S.A. ("Silat") por R\$ 475.961. A Companhia concluiu a avaliação do valor justo dos ativos e passivos da Silat. A tabela a seguir resume o valor justo dos ativos e passivos da Silat na data da aquisição do controle da empresa:

	Valor dos ativos	Ajustes da aquisição	Valor justo na aquisição
Caixa e equivalentes de caixa.....	33.419	-	33.419
Contas a receber de clientes.....	13.190	-	13.190
Estoques.....	24.160	-	24.160
Outros ativos circulantes.....	11.091	-	11.091
Imobilizado.....	233.541	253.216	486.757
Outros ativos não circulantes.....	34.410	-	34.410
Passivos circulantes.....	(26.638)	-	(26.638)
Passivos não circulantes.....	(359)	(86.093)	(86.452)
Participações dos acionistas não controladores.....	(5.395)	(6.100)	(11.495)
Ativos (passivos).....	317.419	161.023	478.442
Deságio (Compra vantajosa).....	-	(2.481)	(2.481)
Ativos (passivos) líquidos.....	317.419	158.542	475.961

O deságio (ganho por compra vantajosa) de R\$ 2.481 foi registrado na linha de Outras receitas operacionais na Demonstração do Resultado.

10 - IMOBILIZADO

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

Custo do imobilizado bruto	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamentos eletrônicos de dados	Imobilizações em andamento		Total
				Outros	Outros	
Saldo em 01/01/2019.....	1.495.804	4.646.993	228.196	84.734	776.293	7.232.020
Adições.....	661	20.575	4.403	192.365	98.190	316.194
Juros capitalizados.....	-	-	-	1.087	-	1.087
Transferências.....	15.613	130.544	4.556	(150.885)	172	-
Baixas.....	(19.419)	(85.699)	(572)	(15.482)	(98.815)	(219.987)
Saldo em 31/12/2019.....	1.492.659	4.712.413	236.583	111.819	775.840	7.329.314
Adições.....	-	2.13.675	5.477	175.961	114.944	320.057
Juros capitalizados.....	-	-	-	22	-	22
Transferências.....	30.772	134.351	4.317	(169.444)	4	-
Baixas.....	(195.634)	(433.839)	(10.953)	(3.368)	(125.389)	(769.183)
Saldo em 31/12/2020.....	1.327.797	4.436.600	235.424	114.968	765.421	6.880.210

Depreciação e exaustão acumulada	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamentos eletrônicos de dados	Imobilizações em andamento		Total
				Outros	Outros	
Saldo em 01/01/2019.....	(815.006)	(3.880.554)	(222.088)	(124.824)	(5.042.472)	-
Depreciação e exaustão.....	(33.413)	(162.613)	(4.087)	(97.235)	(297.348)	-
Baixas.....	35.598	70.463	507	98.642	205.210	-
Saldo em 31/12/2019.....	(812.821)	(3.972.704)	(225.668)	(123.417)	(5.134.610)	-
Depreciação e exaustão.....	(76.890)	(170.101)	(6.403)	(67.593)	(320.987)	-
Baixas.....	195.634	433.157	10.920	112.667	752.378	-
Saldo em 31/12/2020.....	(694.077)	(3.709.648)	(221.151)	(78.343)	(4.703.219)	-
Imobilizado líquido						
Saldo em 31/12/2019.....	679.838	739.709	10.915	111.819	652.423	2.194.704
Saldo em 31/12/2020.....	633.720	726.952	14.273	114.968	687.078	2.176.991

A taxa média de capitalização de juros no exercício de 2020 é de 3,8% a.a. (6% a.a. em 2019). As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação:

	Vida útil dos ativos imobilizados
Prédios, construções e benfeitorias.....	10 a 25 anos
Máquinas, equipamentos e instalações.....	10 anos
Móveis e utensílios.....	10 anos
Veículos.....	5 anos
Equipamentos eletrônicos de dados.....	2,5 a 5 anos

b) Valores oferecidos em garantia - Não foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos em 2020 e 2019. **c) Perdas pela não recuperabilidade do imobilizado:** A Companhia não identificou evidências de qualquer perda pela não recuperabilidade do imobilizado no exercício. A Companhia manterá ao longo do próximo exercício seu constante monitoramento do mercado siderúrgico em busca de identificar uma eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço, paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro.

11 - INTANGÍVEL

O saldo de intangível refere-se, substancialmente, ao desenvolvimento de software:

	Relacionamento com fornecedores	Desenvolvimento de software e tecnologia	Total
Saldo em 01/01/2019.....	26.717	237.420	264.137
Aquisição.....	-	41.992	41.992
Amortização.....	(5.304)	(90.551)	(95.855)
Saldo em 31/12/2019.....	21.413	188.861	210.274
Aquisição.....	-	55.493	55.493
Amortização.....	(4.637)	(97.327)	(101.964)
Saldo em 31/12/2020.....	16.776	147.027	163.803
Vida útil média estimada.....	5 a 20 anos	7 anos	-

12 - ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Síntese da movimentação do direito de uso de ativos de arrendamento mercantil:

Arrendamento mercantil bruto	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Veículos	Total
Saldo em 01/01/2019.....	150.524	92.622	106.187	3.902	353.235
Adições.....	9.058	51.209	-	-	60.267
Baixas.....	-	(1.090)	-	-	(1.090)
Remensurações.....	33.322	(4.651)	-	-	28.671
Saldo em 31/12/2019.....	192.904	138.090	106.187	-	442.319
Adições.....	3.983	120.974	-	-	124.957
Baixas.....	(14.202)	(10.064)	-	-	(24.266)
Remensurações.....	111	(8.287)	12.548	69	4.441
Saldo em 31/12/2020.....	182.796	240.713	118.735	5.207	547.451

Depreciação acumulada	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Veículos	Total	
						Saldo em 01/01/2019
Saldo em 01/01/2019.....	-	-	-	-	-	
Depreciação.....	(33.040)	(23.042)	(15.169)	(2.419)	(73.670)	
Baixas.....	-	544	-	-	544	
Saldo em 31/12/2019.....	(33.040)	(22.498)	(15.169)	(2.419)	(73.126)	
Depreciação.....	(30.679)	(46.226)	(15.032)	(1.393)	(93.330)	
Baixas.....	8.601	9.726	-	-	18.327	
Saldo em 31/12/2020.....	(55.118)	(58.998)	(30.201)	(3.812)	(148.129)	

Arrendamento mercantil líquido

Saldo em 31/12/2019.....	159.864	115.592	91.018	2.719	369.193
Saldo em 31/12/2020.....	127.678	181.715	88.534	1.395	399.322

b) Arrendamento mercantil a pagar: Os montantes de desembolsos de arrendamento mercantil são apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os passivos apresentados no Balanço Patrimonial estão ajustados a valor presente, com base nas taxas de juros livres de risco observadas onde a Companhia tem operações, ajustadas pelo spread de crédito da Companhia, onde em 31/12/2020 as taxas de desconto se situaram entre 7,4% a.a. a 10,4% a.a., (7,4% a.a. a 9,2% a.a. em 31/12/2019), variando conforme o prazo de duração do arrendamento mercantil.

	2020	2019
2020.....	-	77.304
2021.....	90.275	70.760
2022.....	85.998	61.880
2023.....	75.552	49.054
2024.....	53.929	35.824
2025.....	48.349	34.245
2026 em diante.....	70.824	54.406

CONTINUAÇÃO

Análises de sensibilidade:

Impacto na Demonstração dos Resultados

Premissa	Variação	2020	2019
Variações na moeda estrangeira.....	5%	212.616	166.533
Variações nas taxas de juros.....	10 bps	6.556	4.098
Variações no preço dos produtos vendidos.....	1%	162.494	143.937
Variações no preço das matérias-primas e demais insumos.....	1%	111.975	103.872

Variações na moeda estrangeira: Em 31/12/2020 a Companhia está exposta principalmente a variações entre o Real e o Dólar. A análise de sensibilidade efetuada considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real e o Dólar em suas dívidas. Nesta análise, caso o Real se aprecie em relação ao Dólar, isto representaria um ganho de R\$ 212.616 (R\$ 166.533 em 31/12/2019). Caso o Real se deprecie em relação ao Dólar isso representaria uma despesa de mesmo valor. Os valores líquidos de contas a receber e contas a pagar em moedas estrangeiras não apresentam riscos relevantes de impactos em virtude da oscilação na taxa de câmbio. **Variações nas taxas de juros:** Considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10 *basis points* (bps) sobre a taxa de juros média aplicável à parte fluante de sua dívida. O impacto calculado, considerando esta variação na taxa de juros monta, em

d) Instrumentos financeiros por categoria:

Ativos	Custo		Ativos a valor justo por meio do resultado	Total
	amortizado			
Aplicações financeiras.....	-	-	942.551	942.551
Partes relacionadas.....	192.726	-	-	192.726
Outros ativos circulantes.....	110.151	-	-	110.151
Outros ativos não circulantes.....	212.476	-	-	212.476
	<u>515.353</u>		<u>942.551</u>	<u>1.457.904</u>

Ativos	Custo		Ativos a valor justo por meio do resultado	Total
	amortizado			
Aplicações financeiras.....	-	-	533.481	533.481
Partes relacionadas.....	21.840	-	-	21.840
Outros ativos circulantes.....	100.523	-	-	100.523
Outros ativos não circulantes.....	169.519	-	-	169.519
	<u>291.882</u>		<u>533.481</u>	<u>825.363</u>

e) Operações com instrumentos financeiros derivativos: Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: A fim de executar sua estratégia de crescimento sustentável, a Companhia implementa estratégias de gerenciamento de risco com o objetivo de mitigar os riscos de mercado. O objetivo da Companhia ao contratar operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes. Todos os instrumentos derivativos em vigor são revisados mensalmente pelo Comitê de Riscos Financeiros, que valida o valor justo de tais instrumentos. Todos os ganhos e perdas dos instrumentos derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas Demonstrações Financeiras da Companhia. **Política de uso de derivativos:** A Companhia está exposta a vários riscos de mercado, entre os quais, a flutuação das taxas de câmbio, taxas de juros e preços de *commodities*. A Companhia utiliza derivativos e outros instrumentos financeiros para reduzir o impacto de tais riscos no valor de seus ativos e passivos financeiros ou fluxo de caixa e receitas futuras. A Companhia estabeleceu políticas para verificar os riscos de mercado e para aprovar a utilização de operações de instrumentos financeiros derivativos relacionados a estes riscos. A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para gerenciar os riscos de mercado mencionados acima e nunca com propósitos especulativos. Instrumentos financeiros derivativos são somente utilizados quando eles possuem uma posição correspondente (ativo ou passivo descoberto), proveniente das operações de negócios, investimentos e financiamentos da Companhia. **Política de apuração do valor justo:** O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e outras técnicas de valoração, dentre as quais preços futuros e curvas de mercado. As operações de derivativos podem incluir: *swaps* de taxas de juros e/ou de moeda, contratos a termo de moeda e contratos de opções de moeda. **f) Mensuração do valor justo:** O CPC 39 define o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos. Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. Em 31/12/2020, a Companhia mantém certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Estes ativos incluem investimentos em títulos privadados. Os ativos e passivos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos a divulgação conforme os requerimentos do CPC 40 em 31/12/2020 e 31/12/2019, são os seguintes:

	Mensuração ao valor justo			
	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)			
	Saldo contábil		Saldo contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativo circulante				
Aplicações financeiras.....	942.551	533.481	942.551	533.481
Outros ativos circulantes.....	110.151	100.523	110.151	100.523
Ativo não circulante				
Partes relacionadas.....	192.726	21.840	192.726	21.840
Outros ativos não circulantes.....	212.476	169.519	212.476	169.519
	<u>1.457.904</u>	<u>825.363</u>	<u>1.457.904</u>	<u>825.363</u>
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos.....	10.487	4.462	10.487	4.462
Outros passivos circulantes.....	311.471	182.899	311.471	182.899
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos.....	445.635	47.860	445.635	47.860
Partes relacionadas.....	762	322	762	322
Outros passivos não circulantes.....	39.911	9.140	39.911	9.140
	<u>808.266</u>	<u>244.683</u>	<u>808.266</u>	<u>244.683</u>
	<u>2.266.170</u>	<u>1.070.046</u>	<u>2.266.170</u>	<u>1.070.046</u>

g) Movimentação dos passivos do Fluxo de caixa das atividades de financiamento: Conforme requerido pelo CPC 03, a Companhia demonstra a seguir a movimentação dos passivos do Fluxo de caixa das atividades de financiamento, da sua Demonstração dos Fluxos de Caixa:

	Alterações caixa		Alterações não caixa		Saldo em 31/12/2020	
	Saldo em 31/12/2019	Recebidos (pagos) de atividade de financiamento	Pagamento de juros	Despesa de juros sobre dívidas e variações cambial e outros		
		de atividade de financiamento	de juros	juros sobre mútuos		Saldo em 31/12/2019
Empréstimos e financiamentos.....	52.322	401.078	(240)	2.962	-	456.122
Arrendamento mercantil a pagar..	383.473	(81.658)	(34.261)	34.261	123.112	424.927
Partes relacionadas, líquidas.....	(21.518)	(281.773)	-	12.740	98.587	(191.964)
	Alterações caixa		Alterações não caixa		Saldo em 01/01/2019	
	Saldo em 01/01/2019	Recebidos (pagos) de atividade de financiamento	Pagamento de juros	Despesa de juros sobre dívidas e variações cambial e outros		
		de atividade de financiamento	de juros	juros sobre mútuos		Saldo em 31/12/2019
Empréstimos e financiamentos.....	592.956	(552.822)	(21.323)	19.781	13.730	52.322
Arrendamento mercantil a pagar..	353.235	(59.372)	(30.190)	30.190	89.610	383.473
Partes relacionadas, líquidas.....	715.745	(741.492)	-	6.395	(2.166)	(21.518)

15 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2020	2019
Circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.....	81.844	59.302
Encargos sociais sobre folha de pagamento.....	22.902	23.500
Imposto de Renda Retido na Fonte.....	9.313	9.064
Imposto sobre Produtos Industrializados.....	9.187	5.033
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.....	10.165	4.376
Programa de Integração Social e outros.....	7.189	5.273
	<u>140.600</u>	<u>106.548</u>
Não circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.....	22.619	38.430
	<u>163.219</u>	<u>144.978</u>

16 - PROVISÃO PARA PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia. A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

	2020	2019
a) Provisões tributárias.....	381.325	123.514
b) Provisões trabalhistas.....	185.594	139.274
c) Provisões cíveis.....	23.934	41.643
	<u>590.853</u>	<u>304.431</u>

a) Provisões tributárias: As provisões tributárias referem-se, substancialmente, à discussões relativas à ICMS, IPI, compensação de créditos de PIS e COFINS e incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas. **b) Provisões trabalhistas:** A Companhia é parte em um grupo de ações judiciais e/ou administrativas de natureza trabalhista, individuais e coletivas, que envolvem verbas trabalhistas diversas e a provisão decorre de decisões desfavoráveis e/ou de probabilidade de perda provável no curso normal dos processos com expectativa de saída de recurso financeiro pela Companhia. **c) Provisões cíveis:** A Companhia é parte em um grupo de ações judiciais, arbitrais e/ou administrativas de natureza cível que envolvem pedidos diversos e a provisão decorre de decisões desfavoráveis e/ou de probabilidade de perda provável no curso normal dos processos com expectativa de saída de recurso financeiro pela Companhia. A movimentação da provisão para passivos tributários, trabalhistas e cíveis está demonstrada abaixo:

	2020	2019
Saldo no início do exercício.....	304.431	335.149
(+) Adições.....	397.280	79.399
(-) Atualização monetária.....	51.999	33.581
(-) Reversão de valores provisionados.....	(162.857)	(143.698)
Saldo no final do exercício.....	<u>590.853</u>	<u>304.431</u>

II) Passivos contingentes não provisionados: Considerando a opinião dos Assessores Jurídicos e a avaliação da Administração, os processos relacionados a seguir possuem expectativa de perda avaliada como possível (mas, não provável) e devido a esta classificação não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as normas do CPC. **a) Contingências tributárias: a.1)** A Companhia possui discussões que tratam de ICMS, substancialmente relativas

31/12/2020, R\$ 6.556 (R\$ 4.098 em 31/12/2019) e impactaria a conta de Despesas financeiras na Demonstração dos Resultados. As taxas de juros específicas que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos Empréstimos e financiamentos, são apresentadas na nota 13, e são principalmente compostas por taxa fixa ou indexados conforme os seguintes indicadores: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **Variações no preço de venda das mercadorias e no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção:** A Companhia está exposta a variações no preço de seus produtos. Esta exposição está relacionada à oscilação do preço de venda dos produtos da Companhia e ao preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção, principalmente por operar em um mercado de *commodities*. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 1% sobre ambos os preços. O impacto calculado considerando esta variação no preço dos produtos vendidos, levando em consideração as receitas e custos no exercício de 2020, totaliza R\$ 162.494 (R\$ 143.937 em 31/12/2019) e matérias-primas e demais insumos montam R\$ 111.975 em 31/12/2020 (R\$ 103.872 em 31/12/2019). O impacto no preço dos produtos vendidos e matérias-primas seriam registrados nas linhas de Receita líquida de vendas e Custo das vendas, respectivamente, na Demonstração dos Resultados. A Companhia não espera estar mais vulnerável à mudança em um ou mais produtos específicos ou matérias-primas.

Passivos	Custo	
	amortizado	Total
Empréstimos e financiamentos.....	456.122	456.122
Partes relacionadas.....	762	762
Outros passivos circulantes.....	311.471	311.471
Outros passivos não circulantes.....	39.911	39.911
	<u>808.266</u>	<u>808.266</u>

Passivos	Custo	
	amortizado	Total
Empréstimos e financiamentos.....	52.322	52.322
Partes relacionadas.....	322	322
Outros passivos circulantes.....	182.899	182.899
Outros passivos não circulantes.....	9.140	9.140
	<u>244.683</u>	<u>244.683</u>

a direito de crédito e diferencial de alíquota, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 422.249. **a.2)** A Companhia é parte em demandas que tratam de outros tributos. O valor total das discussões importa em R\$ 1.210.749. **a.3)** A Companhia é parte em dois processos administrativos relativos ao Imposto de Renda Retido na Fonte cobrado sobre juros remetidos ao exterior, vinculados a financiamentos de exportação formalizados mediante Contratos de "Pré-pagamento de Exportações" (PPE) ou de "Recebimento Antecipado de Exportações" (RAE), no valor de R\$ 900.211, dos quais: (i) R\$ 130.047 correspondem a um processo em que a Companhia teve seu Recurso Voluntário julgado na primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e ao qual foi negado provimento pelo voto de qualidade, tendo sido interposto Recurso Especial em 17/05/2019, que se encontra pendente de julgamento pela Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF); (ii) R\$ 137.743 correspondem a um processo que teve o Recurso Voluntário interposto pela Companhia julgado na primeira instância do CARF em 05/11/2019, ao qual foi negado provimento, tendo sido rejeitados os Embargos de Declaração opostos contra referida decisão, o que ensejou a interposição de interposto Recurso Especial em 02/03/2020, ratificado em 08/06/2020, parcialmente admitido, e que se encontra pendente de julgamento pela Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF); e (iii) R\$ 140.076 correspondem a um processo que teve sua Impugnação julgada parcialmente improcedente pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ), o que ensejou a interposição de Recurso Voluntário em 03/06/2019, que em 10/03/2020 foi julgado e teve negado seu provimento pela primeira instância do CARF, o que ensejou a interposição de interposto Recurso Especial em 03/11/2020; (iv) R\$ 242.441 correspondem a um processo que teve sua Impugnação julgada improcedente pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ), o que ensejou a interposição de Recurso Voluntário em 23/06/2020; (v) R\$ 57.659 correspondem a um processo cuja Impugnação foi apresentada em 15/12/2020, e que aguarda julgamento pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ); (vi) R\$ 192.246 correspondem a um processo cuja intimação foi recebida em 07/12/2020, cuja impugnação foi apresentada em 06/01/2021. **a.4)** A Companhia é parte em processos administrativos relativos à glosa da dedutibilidade do ágio gerado nos termos dos artigos 7º e 8º da Lei nº 9.532/97, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, decorrente da reorganização societária realizada em 2004/2005. O valor total atualizado das autuações importa em R\$ 5.830.583, dos quais: (i) R\$ 3.460.588 correspondem a dois processos da Companhia que se encontram atualmente em fase de cobrança judicial, tendo a Companhia ofertado garantias judiciais, mediante Seguro Garantia, e iniciado as discussões judiciais em Embargos à Execução, sendo que, em ambos foram proferidas sentenças julgando integralmente improcedentes os lançamentos fiscais, sendo que, em um dos casos a sentença foi confirmada integralmente após a oposição de embargos de declaração pela Fazenda Nacional, tendo sido interposto recurso de apelação pela embargada, enquanto que no outro está em curso o prazo para a interposição de recursos por parte da Fazenda Nacional; (ii) R\$ 317.710 correspondem a um processo em que parte do débito cuja discussão administrativa já se encerrou e se encontra em discussão judicial, tendo sido proferida sentença em 29/09/2020, que julgou procedente os Embargos à Execução e reconheceu a insubsistência do lançamento fiscal; (iii) R\$ 295.064 correspondem a um processo em que parte do débito cuja discussão administrativa se encerrou e se encontra em discussão judicial, nos autos de Embargos à Execução protocolados em 14/08/2019, julgados improcedentes em 15/10/2020, tendo a Companhia oposto embargos de declaração contra a referida sentença; (iv) R\$ 4.289 correspondem a um processo em que a Companhia aguarda julgamento de seu Recurso Especial interposto à CSRF, ao qual foi dado seguimento parcial; (v) R\$ 67.904 correspondem a um processo cujo Recurso Especial interposto pela Companhia à CSRF foi julgado em 05/12/2019, ao qual foi negado provimento; atualmente, o processo se encontra em fase de cobrança judicial, tendo a Companhia ofertado garantia judicial, em sede de medida cautelar, mediante Seguro Garantia, e se prepara para o início da discussão judicial em Embargos à Execução; (vi) R\$ 499.483 correspondem a um processo que teve seu Recurso Voluntário parcialmente provido, sendo tal decisão objeto de Recurso Especial pela Fazenda Nacional e Recurso Especial protocolado pela empresa em 29/04/2019, ambos atualmente pendentes de julgamento; (vii) R\$ 557.927 correspondem a um processo em que a Companhia teve sua Impugnação julgada improcedente, estando pendente de julgamento na primeira instância do CARF o Recurso Voluntário interposto pela Companhia; e (viii) R\$ 486.175 correspondem a um processo da Companhia, cuja impugnação apresentada foi julgada improcedente pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ), estando atualmente pendente de julgamento o recurso voluntário interposto pela Companhia; (ix) R\$ 141.444 correspondem a um processo desmembrado do processo que atualmente se encontra em fase de cobrança judicial, já garantida por seguro garantia apresentado em medida cautelar, tendo a Companhia oposto Embargos à Execução Fiscal em 17/12/2020. Os assessores jurídicos tributários da Companhia confirmam que os procedimentos adotados pela Companhia, com relação ao tratamento tributário da dedutibilidade do ágio, que ensejaram os processos acima mencionados, observaram a estrita legalidade, e, portanto, tais processos são classificados como de perda possível (mas, não provável). As autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. A Companhia divulgou anteriormente que, adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, estava fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC"). Desde então, a empresa foi informada pela equipe da SEC de que encerrou sua investigação e, portanto, não está buscando mais informações da empresa, com relação a tais assuntos. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos procedimentos no Brasil e que atualmente não há informações suficientes para determinar se uma provisão para perdas é requerida ou para divulgar qualquer contingência. **b) Contingências cíveis:** A Companhia é parte em outras demandas de natureza cível que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 160.449. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais. **c) Contingências trabalhistas:** A Companhia é parte em outras demandas de natureza trabalhista que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 78.901. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais. **III) Depósitos judiciais:** A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

	2020	2019
Tributários.....	1.337.531	1.535.347
Trabalhistas.....	46.705	55.694
Cíveis.....	77.374	35.406
	<u>1.461.610</u>	<u>1.626.447</u>

O saldo de depósitos judiciais registrado em 31/12/2020, no montante de R\$ 1.309.247, corresponde a depósitos judiciais realizados até junho/2017, referentes à discussão sobre a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, aguarda o encerramento processual das ações no judiciário para ser restituído à Companhia. Para tais ações, a Companhia e suas controladas vinham realizando depósitos judiciais e provisões contábeis dos valores em discussão, atualizados pela taxa SELIC, que se referiam aos valores não liquidados de PIS e COFINS desde 2009, cuja exigibilidade estava integralmente suspensa, em função da realização dos referidos depósitos. Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisou processo relacionado a esse assunto, e, por 6 votos a 4, foi tomada a seguinte decisão: "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS". A decisão tomada pelo STF, a princípio, produz efeitos em todos os processos judiciais em curso, em função de sua repercussão geral. Contudo, após a publicação do acórdão em 02/10/2017, a Procuradoria da Fazenda Nacional opôs recurso de embargos de declaração, alegando que a decisão do Supremo foi omissa em determinados pontos, e requereu a modulação dos efeitos da decisão, o que pode limitar a produção dos seus efeitos para os contribuintes. De acordo com o parágrafo 14 do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão é reconhecida apenas quando "seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação" dentre outros requisitos. Em 31 de março de 2017, a Companhia, baseada (i) na conclusão do referido julgamento pelo Plenário STF no Recurso Extraordinário de nº 574.706/RG com repercussão geral, que decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, e (ii) nas práticas contábeis adotadas no Brasil realizou a reversão da provisão contábil acima mencionada. A decisão da Companhia está amparada pelo posicionamento dos seus assessores jurídicos, que, ao reavaliar a probabilidade de perda nas ações em curso relacionadas ao tema, concluíram que a probabilidade de perda, quanto ao julgamento do mérito nas referidas ações, passou a ser remota, a partir da mencionada decisão. A Companhia enfatiza, contudo, que em decorrência do recurso de embargos de declaração interposto pela União no Recurso Extraordinário de nº RE 574.706/RG, há a possibilidade de que o STF entenda como presentes os requisitos para aplicação de modulação ao caso, ou defina que o ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é o efetivamente pago, e não o destacado na nota fiscal como defendem os contribuintes, o que poderá resultar na limitação dos efeitos da decisão já proferida, caso em que poderá ser necessária uma reavaliação do risco de perda associado às referidas ações. A depender, portanto, dos termos da decisão a ser proferida pelo STF no julgamento dos embargos de declaração no RE nº 574.706/RG, tal reavaliação poderá resultar na necessidade de constituição de novas provisões sobre este tema no futuro. Por fim, a Companhia informa que em 18/12/2019 transitou em julgado a decisão final proferida em uma das ações acima mencionadas, assegurando-lhe: i) o direito à recuperação dos pagamentos indevidos realizados antes da propositura da ação, bem como durante a sua tramitação, no valor de R\$ 280 milhões (R\$ 185 milhões, líquidos de impostos), e ii) o direito ao levantamento dos depósitos judiciais realizados durante o trâmite desta ação no montante de R\$ 189 milhões. A Companhia reconheceu a receita no trânsito em julgado da ação, considerando para fins de cálculo a exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais, como reconhecido expressamente na decisão transitada em julgado, e habilitou seu crédito perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, o qual foi deferido, tendo iniciado os procedimentos de compensação. Além disso, na ação transitada em julgado em favor da Companhia, o cálculo do valor do indébito em ser recuperado foi apresentado desde o início, com a petição inicial, e demonstra inequivocamente que o indébito pleiteado fora calculado com a exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais, o que também permitiu à Companhia mensurar de maneira confiável o valor a ser efetivamente recuperado, e que foi reconhecido no seu ativo quando do trânsito em julgado da ação. Adicionalmente, cabe destacar que a Companhia possui duas ações de repetição de indébito que aguardam o respectivo trânsito em julgado. Em ditas ações a Companhia pleiteia o reconhecimento de R\$ 753 milhões de créditos anteriores à propositura das Ações Judiciais (ativo contingente não reconhecido contabilmente pela Companhia), assim como, espera levantar os depósitos judiciais vinculados às ditas ações, no valor de R\$ 1,3 bilhão. Em 13/04/2020 em virtude do momento econômico fortemente impactado pela pandemia provocada pela Covid-19, bem como pelo fato de que a legislação processual expressamente prevê a equiparação de seguro-garantia a dinheiro, a Companhia solicitou a substituição dos valores por ela depositados ao longo de anos versando sobre a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS por um seguro-garantia apresentado pela Companhia, no valor de R\$ 1,7 bilhão, o qual cumpre todos os requisitos estabelecidos pela PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) e pode ser convertido em renda a qualquer momento, garantindo que a Fazenda Pública receba todos os valores que eventualmente venham a ser devidos ao final do processo. Na decisão de 1ª instância, portanto, houve uma decisão pela liberação dos recursos depositados para a empresa. A Fazenda Pública recorreu ao Tribunal e conseguiu uma decisão revertendo a liberação dos valores. A Companhia, então, ofereceu reclamação para dirimir divergência entre a decisão proferida pelo Desembargador Federal Ferreira Neves, integrante da 4ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, nos autos do processo nº 50003743-37.2020.4.02.0000, e a jurisprudência do STF (Tema nº 69). Com liminar inicialmente favorável, a decisão foi suspensa posteriormente para aguardar a manifestação da Fazenda Nacional sobre a multa por

CONTINUAÇÃO

litigância de má-fé aplicada em face da Companhia. Após a manifestação, que não trouxe qualquer elemento adicional em relação à multa por litigância de má-fé aplicada, o Ministro entendeu pelo não cabimento da Reclamação por ausência de esgotamento das vias ordinárias. Em relação a multa por litigância de má-fé, aplicada em virtude da alegação de suposta tentativa de indução à erro do Judiciário, a Companhia informa que sempre se manifestou nos autos com boa-fé processual e está confiante de que isso será esclarecido no decorrer do processo.

17 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Composição dos saldos de mútuos

	2020	2019
Mútuos ativos		
Empresa controladora		
Gerdau S.A.	-	2
Outras partes relacionadas		
Gerdau Açominas S.A.	150	-
Siderúrgica Latino Americana S.A.	175.314	-
Fundação Gerdau	17.262	21.838
	<u>192.726</u>	<u>21.840</u>

	2020	2019
Mútuos passivos		
Empresa controladora		
Gerdau S.A.	(762)	-
Outras partes relacionadas		
Gerdau Açominas S.A.	-	(322)
	<u>(762)</u>	<u>(322)</u>
Despesas financeiras, líquidas	(12.740)	(6.395)

b) Condições de preços e encargos: Os contratos de mútuos entre as partes relacionadas são atualizados por taxa CDI. O contrato com a empresa Siderúrgica Latino Americana S.A. tem vencimento em 30/04/2022.

c) Operações com partes relacionadas

	2020		2019	
	Compras	Vendas	Receitas (despesas)	Contas a receber (a pagar)
Empresa controladora				
Gerdau S.A.	47.314	260.370	31.639	-
Outras partes relacionadas				
Diaco S.A.	-	-	-	5.775
Cyrgo S.A.	-	-	-	1.504
Gerdau Açominas S.A.	2.260.955	150.143	-	(340.538)
Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A.	-	3.184	-	(1.751)
Gerdau Ameristeel US Inc.	16.553	-	-	-
Gerdau Laisa S.A.	-	61.898	-	29.069
Sipar Aceros S.A.	-	167.954	-	70.726
Empresa Siderúrgica Del Peru S.A.A.	-	291.946	-	-
Siderco S.A.	-	28.578	-	9.185
Indústrias Nacionais C. por A.	-	290.178	-	12.277
G2L Logística Ltda	127.367	-	-	(4.931)
Siderúrgica Latino Americana S.A.	-	53	-	(462)
Outros	-	-	-	(39)
Debêntures Gerdau Açominas S.A.	-	-	435	-

A Companhia efetuou transações com acionistas controladores referentes à venda de imóvel pelo valor de R\$ 21.204, com recebimento em seis parcelas anuais de R\$ 3.534, corrigidas pela variação positiva do IPCA. A primeira parcela já foi recebida no exercício de 2020, permanecendo o saldo a receber de R\$ 17.670 em 31/12/2020, o qual está integralmente garantido por meio de garantia fidejussória. A escolha do comprador foi resultante de um processo de comercialização competitivo que abordou vários potenciais compradores para os quais foi apresentado o ativo, sob a coordenação de uma empresa especializada independente. O preço de venda foi determinado com base em avaliações independentes e efetuadas por profissionais especializados em avaliação de ativos tangíveis. **d) Aiais concedidos:** A Companhia, em conjunto com as empresas Gerdau Açominas S.A., e a controladora Gerdau S.A., prestam garantia às partes relacionadas GTL Trade Finance Inc., Gerdau Holdings Inc., Gerdau Trade Inc. e GUSAP III LP, nas emissões de *bonds* com vencimento em 2021, 2023, 2024, 2027, 2030 e 2044 no montante de R\$ 14,8 bilhões em 31/12/2020 (de R\$ 12,4 bilhões em 31/12/2019). **e) Aiais recebidos:** Em 31/12/2020, não há aiais recebidos da controladora Gerdau S.A. em contratos de financiamentos (R\$ 30,7 milhões em 31/12/2019). **f) Remuneração da Administração:** A Companhia pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$ 9.856 em 31/12/2020 (R\$ 7.855 em 31/12/2019).

18 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Plano de pensão com benefício definido - pós-emprego: A Companhia patrocina plano de pensão de benefício definido, administrado pela Gerdau - Sociedade de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar. Em 2010, foi aprovado o saldamento deste plano, sendo assegurado aos participantes o direito ao benefício saldado. Todos os participantes deste plano, agora saldado, poderiam: (i) optar por aderir a um novo plano de contribuição definida conforme descrito na letra "b" abaixo, sendo permitida a transferência do montante referente à reserva matemática individual do plano saldado para o novo plano e agregar valor a essa reserva por meio de contribuições futuras do participante e da patrocinadora, além da rentabilidade dos recursos; ou (ii) não transferir a reserva e manter o benefício saldado no plano de benefício definido, corrigido somente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Em virtude do processo de migração e encerramento do plano de pensão, a Companhia não está calculando os possíveis efeitos de mudanças nas taxas de desconto e taxa de retorno esperada dos ativos para este plano. O saldo dos ativos e passivos dos planos não são materiais e a conciliação é apresentada a seguir:

	2020	2019
Valor presente da obrigação de benefício definido	(33.431)	(32.119)
Valor justo dos ativos do plano	45.404	49.973
Restrição ao ativo atuarial devido à limitação de recuperação	(11.973)	(17.854)
Efeito líquido	-	-

b) Plano de pensão com contribuição definida - pós-emprego: A Companhia mantém um plano de pensão definida para o qual são feitas contribuições pela patrocinadora numa proporção da contribuição feita pelos empregados optantes. O total do custo nesta modalidade foi de R\$ 16.016 em 31/12/2020 (R\$ 19.889 em 31/12/2019).

19 - PROVISÃO PARA PASSIVOS AMBIENTAIS

A Companhia reconheceu, na linha de "Provisão para passivos ambientais", com base na melhor estimativa do custo, valores para investigação, tratamento e limpeza de localidades potencialmente impactadas, que montam R\$ 41.608 em 31/12/2020, sendo R\$ 23.770 no passivo circulante e R\$ 17.838 no passivo não circulante (R\$ 6.760 em 31/12/2019, sendo R\$ 6.563 no passivo circulante e R\$ 197 no passivo não circulante). A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental. A Companhia entende estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis no Brasil.

20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social autorizado em 31/12/2020 e 31/12/2019 é de 300.000.000 ações ordinárias e 300.000.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Em 31/12/2020, estão subscritas e integralizadas 245.540.868 ações ordinárias (245.540.868 em 31/12/2019) e 22.362 ações preferenciais (22.362 em 31/12/2019), totalizando o capital social realizado de R\$ 5.554.212 (R\$ 5.554.212 em 31/12/2019). As ações preferenciais não têm direito a voto, não podem ser resgatadas e participam em igualdade de condições em relação às ações ordinárias na distribuição de lucros, além de ter prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia. **b) Reserva de capital:** Refere-se principalmente à reserva de ágio, relativo à reorganização societária realizada em 2005 gerada nos termos do artigo 7º e 8º da Lei Nº 9.532/97, no montante de R\$ 1.335.147 em 31/12/2020 e em 31/12/2019. **c) Reservas de lucros:** **i) Legal** - Pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e Acionistas da
Gerdau Aços Longos S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Gerdau Aços Longos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Gerdau Aços Longos S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstrações Financeiras Consolidadas

A Companhia elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas da Gerdau Aços Longos S.A. e suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de acordo com as práticas adotadas no Brasil apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo qualquer modificação, na data de 19 de março de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

DIRETORIA

Diretor Presidente
GUSTAVO WERNECK DA CUNHA

Diretor Vice-Presidente
HARLEY LORENTZ SCARDOELLI

Diretores
CESAR OBINO DA ROSA PERES
FÁBIO EDUARDO DE PIETRI SPINA
FLADIMIR BATISTA LOPES GAUTO
HERMENIO PINTO GONÇALVES
MARCOS EDUARDO FARACO WAHRRAFTIG
MAURO DE PAULA
WENDEL GOMES DA SILVA

Contadora
DENISE ABREU LANZONI
CRC RS 093.282/O-2-S-RJ
CPF nº 994.509.760-15

ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. **II) Incentivos fiscais** - Pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar, para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos. **III) Investimentos e capital de giro** - É composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano para uma reserva estatutária (Reserva de investimentos e capital de giro). A reserva é criada somente após considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações. **d) Ajustes de avaliação patrimonial:** A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas no exterior detidas pela Companhia, direta e indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Também são considerados nesta rubrica os ganhos e perdas não realizados em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados, feitos com plano de incentivo de longo prazo e a despesa com plano de pensão de benefício definido. **e) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	884.325	361.370
Constituição da reserva legal	-	(17951)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(59.681)	(2.349)
Base para dividendos	824.644	341.070
Dividendos e juros sobre capital próprio	(427.280)	(103.137)
Lucro líquido remanescente	397.364	237.933
Constituição de reserva de investimento e capital de giro	(397.364)	(237.933)

O montante de juros sobre capital próprio creditados no exercício de 2020 foi de R\$ 427.280 conforme demonstrado a seguir:

Período	Natureza	R\$/ação	Ações em		Crédito	Pagamento	2020	2019
			circulação (mil)					
4º Trimestre/19	Dividendos	0,42	245.563	27/02/2020	10/03/2020	-	103.137	
3º Trimestre/20	Juros	0,45	245.563	25/08/2020	25/09/2020	110.503	-	
4º Trimestre/20	Juros	1,29	245.563	21/12/2020	30/12/2020	316.777	-	
						<u>427.280</u>	<u>103.137</u>	

Crédito por ação (R\$) 0,87 0,14

O lucro remanescente foi destinado à constituição de reserva estatutária para investimentos e capital de giro na forma do Estatuto Social.

21 - LUCRO POR AÇÃO

Período	2020			2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
	(Em milhares, exceto ações e dados por ação)			(Em milhares, exceto ações e dados por ação)		

Numerador	2020			2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	884.244	81	884.325	361.337	33	361.370
Denominador						
Média ponderada de ações deduzindo a média das ações em tesouraria	245.540.868	22.362	245.540.868	235.282.414	21.428	235.282.414
Lucro líquido por ação (em R\$) - básico e diluído	3,60	3,60	3,60	1,54	1,52	1,52

22 - RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	2020	2019
Receita bruta de vendas	14.279.798	12.506.337
Impostos incidentes sobre vendas	(2.730.655)	(2.237.422)
Descontos	(18.674)	(6.146)
Receita líquida de vendas	<u>11.530.469</u>	<u>10.262.769</u>

23 - DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26, apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza:

	2020	2019
Depreciação e amortização	(516.281)	(466.873)
Salários, encargos sociais e benefícios	(1.092.207)	(1.085.604)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(7.424.818)	(7.327.172)
Fretes	(565.282)	(608.548)
Outras despesas/receitas	(847.854)	(382.941)
	<u>(10.446.442)</u>	<u>(9.871.138)</u>

	2020	2019
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(9.598.588)	(9.488.197)
Despesas com vendas	(281.648)	(262.948)
Despesas gerais e administrativas	(323.760)	(321.378)
Outras receitas operacionais	29.529	304.561
Outras despesas operacionais	(258.444)	(98.518)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros	(13.531)	(4.658)
	<u>(10.446.442)</u>	<u>(9.871.138)</u>

24 - RESULTADO FINANCEIRO

	2020	2019
Rendimento de aplicações financeiras	28.554	5.966
Juros recebidos e outras receitas financeiras	28.961	147.830
Total Receitas financeiras	57.515	153.796
Juros sobre a dívida	(2.962)	(19.781)
Variações monetárias e outras despesas financeiras	(216.095)	(156.941)
Total Despesas financeiras	(219.057)	(176.722)
Variação cambial, líquida	(33.906)	(6.946)
Perdas com instrumentos financeiros, líquidos	-	(13.126)
Resultado financeiro, líquido	<u>(195.448)</u>	<u>(42.998)</u>

25 - SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes determinados para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Os estoques e ativos imobilizados estão segurados para incêndio, raio, vendaval, alagamento, quebra de máquinas, danos elétricos e explosão. A principal cobertura de seguro é na modalidade de patrimônio, que cobre ativos de até R\$ 11.965.424.

26 - EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia, conforme ata de Reunião de Diretoria realizada em 14/01/2021, subscreveu 2.250.000 (dois milhões, duzentos e cinquenta mil) novas quotas, com valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 2.250 a serem integralizadas em moeda corrente nacional até 31/12/2023 na empresa Paris Ventures Brasil Participações Ltda.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 19 de março de 2021

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP-244525/O-9 FRS